

N.F. Nº - 298623.0017/19-9
NOTIFICADO - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA
NOTIFICANTE - DANTE GRISI
ORIGEM - SAT/COPEC/INFIS
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 29.09.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0340-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO/CONSUMO DO ESTABELECIMENTO. Impugnante reconhece o cometimento da infração apurada e comprova que recolheu parte do valor exigido, antes do início da ação fiscal. Infração parcialmente caracterizada. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 05/07/2019, exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.834,19, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 06.02.01: deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao consumo do estabelecimento.

Enquadramento Legal: art. 4º, inc. XV da Lei 7.014/96 c/c art. 305, §4º, inc. III, alínea “a” do RICMS/BA, publicado pelo Dec. nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva, por meio de procurador, (fls. 13 a 29), inicialmente reproduzindo sinteticamente o conteúdo da Autuação. Prossegue afirmando que, em relação ao valor apurado (R\$1.821,95) no presente lançamento, recolheu a quantia de R\$913,00, restando uma diferença devida equivalente a R\$908,85. Por consequência, solicita o recálculo da planilha elaborada pelo agente do Fisco, a fim de considerar o valor pago.

Finaliza a peça defensiva requerendo que seja reconhecida a Impugnação, sendo processada pelo órgão competente.

O Notificante apresenta Informação Fiscal (fls. 31 a 33), reproduzindo o conteúdo da defesa e afirmando que o Contribuinte, de fato, recolheu a quantia de R\$913,00, restando como devido o valor de R\$921,39.

Finaliza a informação pugnando pela procedência do lançamento, com os ajustes considerados, devido ao reconhecimento da procedência parcial por parte do Impugnante.

Cabe registrar que, após prestada a Informação Fiscal, o Contribuinte foi intimado a se manifestar, o que não ocorreu, conforme fls. 34 e 35.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$1.834,19, e é composto de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ICMS, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias oriundas de outras unidades da federação e destinadas a consumo do estabelecimento.

Inicialmente, cumpre destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Na Impugnação apresentada, o sujeito passivo reconhece, de forma clara e objetiva, a procedência parcial do lançamento, afirmando que, em relação ao valor exigido (R\$1.821,95), já recolheu a quantia de R\$913,00, restando uma diferença devida equivalente a R\$908,85. Por consequência, solicita o recálculo da planilha elaborada pelo agente do Fisco, a fim de considerar o valor pago.

Por sua vez, o Notificante afirma que o Contribuinte, de fato, recolheu a quantia de R\$913,00, restando como devido o valor de R\$921,39. Finaliza a informação pugnando pela procedência do lançamento, com os ajustes considerados, devido ao reconhecimento da procedência parcial por parte do Impugnante.

Compulsando os documentos presentes nos autos, verifico que a acusação fiscal, referente à falta de recolhimento do diferencial de alíquota, diz respeito aos períodos de dezembro/2017 e fevereiro/2018. Tudo demonstrado, de forma detalhada na fl. 08, onde constam, entre outras informações, os números dos documentos fiscais, respectivos períodos a que se referem, códigos fiscais de operação e/ou prestação, descrição das bases de cálculo, alíquotas e correspondentes totais apurados. Possibilitando ao Contribuinte exercer plenamente seu direito de defesa.

Observo que, em relação ao período de dezembro/2017, de fato o Notificado efetivou um recolhimento no valor de R\$913,00 no mês de janeiro/2018 (fl. 17). Considerando que o total exigido para este mês foi de **R\$1.821,95**, resta devida a quantia de **R\$908,95**. Permanece, também, como passível de cobrança o valor de **R\$12,24**, concernente ao mês de Fevereiro/2018, não contestado pelo Contribuinte. Pelo que entendo ser ainda exigível o montante de imposto equivalente a **R\$921,19**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

PERÍODO	VALOR EXIGIDO	VALOR RECOLHIDO	VALOR DEVIDO
DEZEMBRO/2017	R\$1.821,95	R\$913,00	R\$ 908,95
FEVEREIRO/2018	R\$ 12,24	-	R\$ 12,24
TOTAL	R\$ 1.834,19	R\$ 913,00	R\$ 921,19

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE EM PARTE** a Notificação Fiscal nº **298623.0017/19-9**, lavrada contra **DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS MASUT LTDA**, devendo ser intimado o Notificado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$921,19**, acrescido da

multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendoser homologado os valores já recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de setembro de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR